



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 6 • nº 27 • jan./fev. 2007

editorial

Continuando o balanço iniciado no número anterior, vale lembrar que, das oito Linhas de Ação do Programa Brasil Quilombola de 2006, duas são relativas à regularização fundiária, duas ao tema do desenvolvimento local e sustentável e quatro são relativas à educação. Comparativamente, portanto, o que chama atenção é o peso que as ações educativas ganham no conjunto das linhas de ação previstas.

Mas, qual educação? A princípio, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad, do Ministério da Educação) tem organizado as ações dirigidas às comunidades quilombolas de forma muito convencional: (a) apoio à formação de professores de educação básica; (b) apoio à distribuição e material didático para o ensino fundamental; (c) apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades; e, finalmente, (d) a capacitação de agentes representativos das comunidades. Este último item tem seu peso ampliado se levamos em conta que uma parte considerável das ações ditas de fomento ao desenvolvimento local e sustentável estão relacionadas à "formação" e "capacitação" destas populações. Resumindo, quando se fala de educação para quilombolas, trata-se da produção de uma atenção diferenciada para as escolas situadas em territórios quilombolas, mas não de ações para uma escola quilombola diferenciada. Sobre isso, é necessário fazer duas breves observações.

Três das quatro linhas de ação voltadas diretamente à educação implicam em transferências de recursos para municípios que têm presença quilombola. No caso dos municípios menores, isso tem mesmo estimulado que as prefeituras reconheçam a presença de tais comunidades, mas não existe nenhum mecanismo que garanta o monitoramento da aplicação destes recursos. As próprias comunidades, em geral, não sabem da sua existência e continuam enfrentando problemas básicos como, por exemplo, a falta de transporte escolar, que muitas vezes é oferecido pela municipalidade para outras comunidades vizinhas, em flagrante discriminação.

Em segundo lugar, é necessário fazer o debate sobre educação quilombola avançar nas duas direções em que a reforma educacional iniciada nos anos 90 aponta. De um lado, com a inclusão das especificidades sociais e históricas das comunidades quilombolas entre os temas relativos à diversidade cultural adotados nos conteúdos curriculares de seus respectivos municípios e estados. De outro, com a discussão sobre a formulação de uma política educacional voltada para as comunidades quilombolas, a exemplo do que já acontece no plano da educação indígena.

Em comparação com os avanços feitos no campo da educação para populações indígenas, o caminho ainda é longo, mas justamente por isso parece ser a hora de colocar em pauta tanto a produção de um diagnóstico da situação escolar quilombola e da situação das escolas que atendem a estas comunidades, quanto o debate sobre a formação de professores quilombolas e sobre o desenvolvimento de materiais pedagógicos específicos para essas escolas.



• NACIONAL

COOPERAÇÃO PARA AGILIZAR TITULAÇÃO

Foi firmado, em 14 de dezembro, um acordo de cooperação técnica entre o Incra, Ministério das Cidades e Seppir para agilizar o processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas urbanas no Brasil. O objetivo é integrar as políticas públicas dos órgãos governamentais, somando recursos técnicos e financeiros. O Ministério das Cidades colaborará com recursos e parceria técnica, enquanto a Seppir, órgão de articulação das políticas públicas para a população negra, atuará principalmente ligando as comunidades aos técnicos, agilizando a produção dos laudos antropológicos.

Fonte: Incra

DECRETO RECONHECE COMUNIDADES TRADICIONAIS

No dia sete de dezembro, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto Presidencial 6.040, no qual o governo brasileiro reconhece formalmente, pela primeira vez na história do País, a existência das "Populações Tradicionais" no Brasil. O decreto institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ampliando o reconhecimento parcial existente na Constituição de 1988, que incluía apenas indígenas e quilombolas.

De acordo com o governo, cerca de cinco milhões de pessoas formam os povos tradicionais que ocupam um quarto do território nacional, distribuídos

em todas as regiões do País. Também passam a ser reconhecidas como "populações tradicionais": ciganos, caiçaras, ribeirinhas, geraizeiras (habitantes do sertão), pantaneiras e quebradeiras de coco. Segundo representante do Ministério do Meio Ambiente, uma das primeiras providências decorrentes do decreto será a inclusão das ações voltadas a esta população no Plano Plurianual (PPA), de forma a lhes atribuir uma dotação orçamentária.

Fonte: Informe Sergipe e Repórter Brasil

BOLSA FAMÍLIA

Em fevereiro o cadastro do programa do governo federal Bolsa Família passou a incluir mais quatro mil famílias de comunidades quilombolas de oito estados, a maior parte delas do Pará e do Maranhão. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o cadastramento faz parte da primeira etapa de um trabalho para ampliar o acesso de quilombolas ao programa. Além das incluídas agora, foram identificadas 7,3 mil famílias quilombolas que já recebem o benefício, que varia de R\$ 15 a R\$ 95. Gonçalves Almeida, representante da Coordenação Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombo (Conaq), considerou pequeno o espaço dos quilombolas para participarem das ações de cadastramento. "Nós sabemos quais são as comunidades em pior situação e podemos ajudar o governo nesse trabalho." Cerca de três mil famílias quilombolas que atendiam ao critério de receberem apenas até meio salário mínimo por morador não puderam participar do cadastro

porque não possuíam documentos de identidade. O Ministério do Desenvolvimento Social previa que outras 20 mil famílias quilombolas seriam cadastradas no Bolsa Família, mas já admite que essa meta pode ser triplicada até o final do ano, em função do andamento das pesquisas.

Fonte: Agência Brasil

O Bolsa Família é um programa governamental promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Telefone: 0800 707 2003
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco 'C', 5º andar, CEP 70046-900 - Brasília/DF.

• NOS ESTADOS

AP

ENCONTRO DE COMUNIDADES DO AMAPÁ

O Fórum de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas Rurais e Urbanas (FDCQRU/AP) promoveu nos dias 27 e 28 de janeiro o I Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas do Amapá. O evento que reuniu autoridades governamentais e quilombolas aconteceu na comunidade de Campina Grande, a 30 quilômetros de Macapá (AP). Um dos objetivos do encontro foi resgatar a auto-estima e a identidade cidadã dos quilombolas da região.

Fonte: Imirante.com

PA

VALE E JAMBUAÇU ENTRAM EM ACORDO

Após três dias de negociações, realizadas entre cinco e sete de fevereiro, a Companhia Vale do

Rio Doce (CVRD) reconheceu o descumprimento do acordo firmado com as comunidades de Jambuaçu e aceitou um novo termo de compromisso. A Companhia deveria realizar benfeitorias nas terras quilombolas como compensação pelas obras que estão sendo realizadas pela empresa na região, causadoras de danos socioambientais. O território quilombola de Jambuaçu - localizado no município do Moju, no norte do Pará - é formado por 14 comunidades, representadas por 11 Associações, das quais sete já possuem o título de domínio coletivo das terras.

Em 2004 a Companhia Vale do Rio Doce iniciou as obras nas terras de Jambuaçu, sem consultar as comunidades locais, para implantar o projeto Bauxita-Paragominas: um mineroduto para a passagem da bauxita e uma linha de transmissão que corta o território ao longo de 15 km. Durante a realização do projeto, 58 famílias quilombolas perderam a maior parte de suas terras aptas para a agricultura. Em 26 de outubro de 2006, a Companhia firmou um contrato com a prefeitura de Moju, no qual faria benfeitorias nas terras quilombolas como compensação às comunidades. Como a empresa não cumpriu o acordo, os quilombolas derrubaram uma torre da linha de transmissão e bloquearam as duas estradas de acesso aos canteiros de obras, impedindo a continuidade dos trabalhos. Com a paralisação das obras, que se aproximou dos 50 dias, a CVRD reabriu as negociações com a intermediação da CNBB, do Governo do Estado e da Comissão Pastoral da Terra, que assessora os quilombolas.

Fonte: Agência Carta Maior e CPT

Algumas medidas do Termo de Compromisso firmado entre a Vale e as comunidades de Jambuaçu

- Pagamento de dois salários mínimos mensais, pelo período de dois anos, para as 58 famílias mais atingidas;
- Pagamento de uma multa no valor de R\$ 350.000;
- Manutenção da Casa Familiar Rural-CFR com o valor de 100 mil reais durante cinco anos;
- Composição de uma comissão de seis integrantes, escolhidos pela CVRD e pelos quilombolas, para a realização de um levantamento sobre os danos causados ao meio ambiente, tendo em vista sua recuperação;
- Custeio de um estudo, ao longo de seis meses, por parte de uma instituição de comprovada competência, de comum acordo entre as partes, com o objetivo de mapear as potencialidades produtivas do território e de apontar projetos de produção e renda que garantam a autonomia produtiva e a qualidade de vida para as populações quilombolas do território de Jambuaçu;
- A conclusão, em parceria com a Prefeitura de Moju, dos compromissos relativos à colocação do mineroduto, assinados no 1º Termo de Compromisso: conclusão da Casa Familiar Rural; funcionamento do Posto de Saúde Familiar e preparação de agentes de saúde; reparação de duas pontes; e recuperação de 33 km da rodovia quilombola.

MA

VITÓRIA JUDICIAL PARA ALCÂNTARA

A partir de fevereiro os quilombolas de Alcântara poderão realizar trabalhos de agricultura em áreas tradicionais, que fazem parte do Centro de Lançamentos de Alcântara. A decisão foi do juiz José Carlos do Vale Madeira, da 5ª Vara Federal do Maranhão. Essa é a primeira decisão da Justiça Federal que aplica a convenção 169

da OIT (Organização Internacional do Trabalho), segundo a qual "deverão ser reconhecidos os direitos de propriedade e posse dos povos em questão sobre as terras que tradicionalmente ocupam". O juiz citou: "Estou confirmando o entendimento em estabelecer políticas públicas voltadas ao combate à discriminação dos modos de vida tradicionais dos povos indígenas e tribais, quando da edição do Decreto Legislativo nº 143/2002, ratificando a Convenção nº 169 da OIT".

Fonte: Última Instância

PI

INTERPI E INCRA

No dia 23 de fevereiro, diretores e técnicos do Interpi (Instituto de Terras do Piauí) e do Incra – Piauí reuniram-se em Teresina (PI) para definir o plano de atividades e as equipes de profissionais para início dos trabalhos de regularização fundiária de comunidades quilombolas do estado. Os órgãos pretendem regularizar cerca de meio milhão de hectares de terras em 24 municípios do Piauí.

Fonte: Cidade Verde

MT

DESMATAMENTO PREJUDICA COMUNIDADES

Em janeiro a Associação Quilombola Acorebela enviou uma denúncia ao Ministério Público na qual relata que há desmatamentos constantes nos pantanais dos rios Guaporé, Alegre, Barbado e Traíras, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, 540 quilômetros a noroeste de Cuiabá. Os responsáveis pelos danos ao meio ambiente seriam, de acordo com a denúncia, fazendeiros locais.

Segundo a associação, a partir dos anos 80 uma grande parte das áreas das comunidades quilombolas foi grilada e transformada em fazendas de criação de gado. Com o fortalecimento das organizações que reúnem os quilombolas os fazendeiros iniciaram um processo acelerado de descaracterização do ambiente.

Fonte: Diário de Cuiabá

MATA CAVALO SEM ESCOLA

A escola localizada na comunidade Mata Cavalo e construída com recursos da comunidade está fechada. Não houve a contratação de professores e a prefeitura determinou a transferência das crianças em idade escolar para a cidade. Segundo a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, Maria Aparecida Cortez, os alunos de Mata Cavalo precisam caminhar de oito a dez quilômetros para pegar o ônibus e serem levadas às escolas urbanas. Mata Cavalo fica no município de Nossa Senhora do Livramento.

Fonte: Gazeta Digital

LEVANTAMENTO DOS QUILOMBOS DE POCONÉ

Um levantamento socioeconômico e cultural dos quilombos de Poconé será elaborado pela UNEMAT em conjunto com a Coordenação Executiva dos Quilombolas de Poconé. No encontro dos quilombolas com a UNEMAT no dia 13 de janeiro, foi organizada uma comissão que buscará apoio para a produção do levantamento junto ao Ibama, Seppir, Fundação Cultural Palmares, Incra, Empaer (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural), Cooperativa de Poconé e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poconé.

Fonte: Grupo de apoio às Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Poconé

Comunidades que farão parte do Levantamento Socioeconômico e Cultural das Comunidades Quilombolas de Poconé:

Curralinho, Retiro, São Benedito, Canto do Agostinho, Chumbo, Varal, Laranjal, Campina de Pedra, Passagem de Carro, Imbê, Pedra Viva/Pantanal, Cágado, Pantanalzinho, Morro Cortado, Aranha, Chafarriz, Rodeio, Céu Azul, Minadouro II, Sete Porcos, Morrinhos, Tanque do Padre, Espinhal, Capão Verde, Campina II, Jejum, Coitinho, Urubamba consideradas comunidades negras rurais quilombolas; e nas comunidades de Bandeira, Figueira Varjaria e Morro Vermelho que estão se autodefinindo e pleiteando a condição de Comunidade Quilombola.

MS

CENTENÁRIO DE DEZIDÉRIO

A comunidade de Dezidério Felipe de Oliveira – localizada em Picadinha, distrito de Dourados (MS) - promoveu uma festa para comemorar cem anos de existência e dois anos da criação de sua Associação. Estavam presentes cerca de 400 pessoas entre quilombolas, lideranças do movimento negro e autoridades governamentais. A criação da associação possibilitou que os quilombolas de Dezidério participassem, no ano passado, de um curso de derivados de mandioca e encaminhassem um projeto para implantação de uma farinheira na comunidade.



Comunidade de Dezidério (MS)

Durante o evento, também foram realizadas eleições da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul (Conerq) e da Associação Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (Arqdez).

Fonte: MS Notícias

ES

FAZENDEIROS UNIDOS À ARACRUZ CELULOSE CONTRA QUILOMBOLAS

Fazendeiros da região do Sapê do Norte – Conceição da Barra e São Mateus - foram notificados pelo Incra sobre a publicação de Relatórios Técnicos que afirmam que suas propriedades fazem parte de territórios quilombolas. Quatro comunidades da região tiveram relatórios publicados no ano passado: São Cristóvão e Serriaria, em dezembro; São Jorge, em outubro e; Linharinho, em abril. A partir da notificação, os fazendeiros receberam um prazo de 90 dias para contestarem os estudos do Incra.

Para resistir à regularização fundiária das terras quilombolas os fazendeiros se organizaram em uma associação, uniram-se à Aracruz Celulose, que ocupa a maior parte das terras quilombolas, e iniciaram uma campanha contra as comunidades remanescentes de quilombos. Os quilombolas temem ações de violência. Segundo um funcionário do Incra, a Superintendência Regional considera a situação atual perigosa.

A advogada da Associação dos fazendeiros notificados, Léslei Mesquita, informou que

sua primeira providência foi solicitar uma cópia da ação de inconstitucionalidade promovida pelo PFL contra o Decreto Presidencial 4.887/2003 e que ao final do prazo de 90 dias ela ingressará com uma ação judicial para anular o procedimento administrativo do Incra. Segundo Léslie, os três relatórios técnicos do Incra prevêem a desapropriação de 163 propriedades, abrangendo mais de 26 mil hectares.

Fonte: Site Século Diário e Tribuna do Cricaré



Arquivo KOINONIA

DOAÇÃO DE SEMENTES

Produtores de Goiás doaram uma tonelada de sementes do milho nativo crioulo caiano ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Espírito Santo. O milho será distribuído para pequenos produtores, índios e quilombolas do estado. As comunidades rurais estão resgatando as variedades tradicionais de sementes com o objetivo de acabar com a dependência das sementes híbridas, em geral produzidas por empresas transnacionais. As sementes híbridas precisam ser compradas todos os anos, já as sementes crioulas são selecionadas pelos produtores a partir dos seus próprios plantios, o que proporciona aos

trabalhadores rurais autonomia e segurança alimentar. O MPA faz parte da Via Campesina, junto ao Movimento dos Sem Terra, e está organizado em 24 municípios capixabas, com cerca de 450 grupos de base, formados em média por 20 famílias por grupo.

Fonte: Século Diário

MG

COMUNIDADES TRADICIONAIS REUNIDAS

Quilombolas, raizeiros, catingueiros, indígenas do Norte de Minas Gerais reuniram-se nos dias 18 e 19 de janeiro para discutir a integração de políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais. O primeiro dia do evento foi realizado na comunidade Taperinha, no município de Pai Pedro, e o último aconteceu em Brejo dos Crioulos, em São João da Ponte. 200 pessoas participaram do evento que foi encerrado com uma festa em homenagem a São Sebastião.

Fonte: Agência Brasil

RJ

NOVOS RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS

O Incra - RJ, por meio de contrato com a Fundação Euclides da Cunha, da Universidade Federal Fluminense, iniciou em fevereiro a produção de relatórios antropológicos de oito comunidades quilombolas do estado. Os relatórios deverão ser entregues no prazo de três meses. A lista das comunidades

é a seguinte: Sobara (Cabo Frio), Rasa (Búzios), Alto da Serra (Rio Claro), Cabral (Paraty), Sacopã e Pedra do Sal (Rio de Janeiro), Gleba Aleluia (Campos) e Machadinho (Quissamã).



Arquivo KOINONIA

Dona Terezinha e seu neto João Gabriel da comunidade Alto da Serra, RJ

RS

VITÓRIA PARA A FAMÍLIA SILVA

O Incra recebeu a posse das terras do quilombo urbano Família Silva no dia 31 de janeiro em Porto Alegre. A Justiça Federal do Rio Grande do Sul anunciou a decisão em 19 de janeiro, garantindo a posse ao Incra dos terrenos que compõem o território da comunidade, 6,5 mil metros quadrados, localizados em Três Figueiras, bairro nobre da capital gaúcha. As 12 famílias que formam a comunidade Família Silva lutam pela regularização de seu território há mais de seis décadas. Os moradores chegaram a ser ameaçadas de despejo, em junho de 2005, o que foi evitado com a emissão de um termo de reconhecimento de posse pelo Governo Federal.

Fonte: Incra e Boletim Quilombol@, n. 18

ALTO DA SERRA

A comunidade negra de Alto da Serra vive no Distrito de Lídice, município de Rio Claro, na região sul fluminense. Ocupa área localizada na Serra de Lídice, entre Rio Claro e Angra dos Reis, conhecida como Alto da Serra do Mar. As duas famílias que compõem a comunidade – os Leite e os Antero – chegaram à região na década de 1950, para exploração de carvão, utilizado nas ferrovias e siderúrgicas que se instalaram em municípios próximos.

Os moradores mais antigos contam que suas famílias trabalhavam fabricando carvão em municípios vizinhos, deslocando-se continuamente em busca de melhores condições de trabalho e pagamento. Segundo Benedito Leite, conhecido como Seu Dito, “era assim, quando a gente tava trabalhando num lugar, quando via que o outro lugar tava pagando mais, a gente mudava, num tinha um lugar, para-deiro certo não”. As condições de moradia retratavam a precariedade que caracterizava a vida na exploração de carvão na época. Segundo Seu Dito, sua família morava em casas de palha, oferecidas pelo “empresário” que os estivesse contratando no momento. Os “empresários” de carvão eram aqueles que, proprietários da terra ou não, agenciavam o trabalho dos carvoeiros e vendiam sua produção para as grandes fábricas. Os carvoeiros vendiam o que produziam ao “empresário”, que lhes oferecia casa e uma conta em armazém próprio, o que, segundo Seu Dito, resultava geralmente em dívidas.

Em 1953, a família Antero chegou ao Sertão do Sinfrônio, região vizinha à área hoje ocupada, e em 1959 chegou a família Leite. Segundo relatos dos membros mais antigos, a região do Sinfrônio, hoje praticamente desabitada, era bastante concorrida à época da exploração do carvão. Um registro fotográfico da época sugere que a ocupação de carvoeiros no Sinfrônio era predominantemente negra.

Hoje, a população de Alto da Serra vive quase que exclusivamente da produção agrícola. Entretanto, algumas mulheres produzem doces, queijos pães e biscoitos caseiros que são vendidos no comércio local de Lídice e em Angra dos Reis, juntamente com a produção agrícola da comunidade.

As terras ocupadas pela comunidade são compostas por várias áreas das quais Seu Dito “tomava conta”. A obrigação de “tomar conta” atribuída a Seu Dito por proprietários ausentes, que com o tempo desapareceram, definiu o direito territorial da comunidade de descendentes deste patriarca às terras que hoje ocupam. Foi com base nesse direito



Marcelo Negro

que Seu Dito distribuiu posses aos seus filhos e parentes próximos que foram ocupando o território familiar. Os visitantes e os moradores do entorno das terras da comunidade pedem permissão a Seu Dito para utilizar as cachoeiras que existem na área quilombola. E todos se referem àquelas terras e seus moradores como “o pessoal de Dito Leite”.

A luta pela regularização territorial se iniciou em 2002, quando a comunidade procurou o Grupo de Trabalho Jurídico (GTJ) organizado por KOINONIA. Ao analisar o processo de reintegração de posse movido por um comprador de partes das terras em um leilão do Banco do Brasil, o GTJ apontou uma série de vícios e irregularidades no processo e nas decisões do juiz. Esse processo passou então a ser acompanhado pela Defensoria Pública.

Paralelo a essa ação jurídica, a comunidade iniciou um processo de capacitação em direitos e legislação quilombola através da equipe do Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA, que culminou com a auto-identificação do grupo como quilombola.

Atualmente a comunidade está em fase de elaboração do relatório antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), produzido pelo Incra.

A comunidade acredita que em breve seus problemas com grileiros estarão resolvidos e que o futuro de seus descendentes estará garantido. E continua buscando “novos conhecimentos” que, segundo Isaias Bernardo Leite, presidente da Associação Nós da Roça e filho de Seu Dito, possam ajudá-los a buscar novas formas de sustentabilidade e de acesso aos seus direitos.

Ana Gualberto

Graduanda em História - UERJ

Reunidos em 26 de novembro de 2006, durante o evento de encerramento do Projeto Piloto Etnodesenvolvimento Quilombola*, representantes de seis comunidades, bem como da Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj), discutiram o conteúdo da seguinte carta, firmando seus compromissos e articulando suas demandas.

CARTA DE CABO FRIO

Recomendamos às autoridades e órgãos públicos:

- A urgente titulação e registro em cartório dos territórios quilombolas;
- A isenção da taxa para publicação no Diário Oficial do Estado dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) do Incra, visto que sua cobrança onera em muito o processo administrativo de regularização fundiária o que resulta na sua morosidade;
- A colocação de placas nas estradas indicando a localização das áreas quilombolas, ainda que não estejam tituladas, a exemplo dos assentamentos de reforma agrária, como forma de prevenir eventuais conflitos;
- O envio pelo Incra de comunicados aos cartórios de todo o estado informando as terras em processo de reconhecimento como remanescentes de quilombos, evitando novos registros de propriedades particulares sobre esses territórios;
- A inclusão das áreas quilombolas nos mapas oficiais;
- A criação de um Núcleo de Quilombos na Defensoria Pública;
- A criação de um Conselho Quilombola, reconhecido pelos órgãos fundiários no estado como legítimo interlocutor das comunidades, para acompanhamento dos processos de regularização fundiária;
- A inclusão da história quilombola nos currículos do ensino fundamental e médio, bem como capacitação de professores para tratar do tema de forma apropriada;
- A implementação plena dos serviços básicos de saneamento, luz, saúde e educação em áreas quilombolas;
- A criação de uma reserva extrativista na Ilha da Marambaia e a fiscalização por parte do IBAMA quanto a ações de desmatamento no território de Bracuí.

Recomendamos às organizações assessoras o apoio:

- Na visibilidade aos conflitos e problemas das comunidades por meio de seus veículos de comunicação e contatos institucionais;
- Na capacitação das comunidades, sobretudo no que se refere à legislação da regularização fundiária;
- Na promoção de reuniões das comunidades quilombolas do estado;
- No monitoramento do andamento dos processos de regularização fundiária.

Reconhecemos como desafios a serem por nós superados:

- A criação de um Conselho Quilombola para atuar junto aos órgãos de regularização fundiária no estado;
- A promoção de encontros entre as comunidades;
- O aprimoramento das formas de comunicação;
- O envio regular de notícias e informações às organizações assessoras e outras mídias para dar visibilidade aos conflitos e problemas das comunidades.

Assinam esta carta os representantes das comunidades e associações abaixo discriminadas.

Cabo Frio, 26 de novembro de 2006.

Isaías Bernardo Leite - Alto da Serra
Dionato de Lima Eugênio - Ilha da Marambaia
Ilso dos Santos - Preto Forro
Miguel Francisco Silva - Santana
Rosevelt Azevedo da Silva - Santa Rita do Bracuí
Carivaldina O. da Costa - Rasa
Adriano Lima - Acquilerj
Bertolino Lima - Acquilerj

* Projeto realizado pelo convênio entre KOINONIA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.



JM Arruti

TRÁFICO NEGREIRO

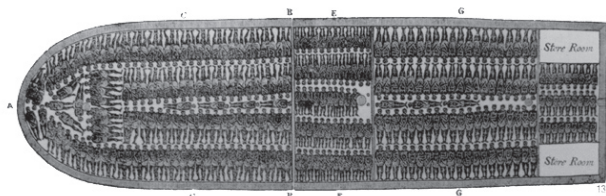
Resultado da expansão marítima portuguesa, o tráfico de escravos foi realizado com as bênçãos da Igreja e do Papa desde o século XV. O cativo dos negros, infiéis e pagãos, era autorizado como meio de convertê-los ao cristianismo.

Não se sabe exatamente o volume de africanos levados ao Brasil, mas sabe-se que o maior volume de entrada de escravos ocorreu na primeira metade do século XIX. As estimativas, porém, incluem somente o número de cativos que desembarcaram em terras brasileiras, sem levar em conta os que morreram durante a travessia do Atlântico. Em torno de 40% dos negros capturados no interior da África morriam a caminho do porto, e mais 10% a 20% durante a estadia nos barracões do litoral. Aos que conseguiam embarcar as chances de morrer dentro dos navios negreiros estavam diretamente relacionadas à duração da viagem, o que dava ao Brasil condições mais favoráveis do que a outras regiões da América, como o Caribe e a América do Norte, devido à proximidade com os portos africanos.

Os principais portos de desembarque brasileiros foram Belém (PA), São Luís (MA), Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP). Nos séculos XVI e XVII, o destino dos escravos era, na maioria das vezes, a região litorânea, mais precisamente a zona canavieira. No século XVIII, a mineração atraiu grande parte dos escravos e o Rio de Janeiro se tornou o maior entreposto escravista e principal fornecedor de escravos para Minas Gerais.

O preço dos escravos oscilou muito durante o período escravista. No início do século XVII, o preço dos homens e mulheres não apresentava diferenças significativas, mas, com o passar do tempo, os homens tornaram-se mais caros. Esta preferência por homens no tráfico pode ser atribuída basicamente a dois fatores: 1) a tendência de se venderem as mulheres ainda na África, para os próprios africanos, principalmente muçulmanos; 2) o fato de os fazendeiros, no Brasil, preferirem homens plenamente produtivos. Como a idade e o estado físico também influenciavam na variação do preço, os homens saudáveis entre 19 e 35 anos eram os mais caros.

As críticas à escravidão sempre denunciaram, com razão, as atrocidades cometidas contra os negros por parte de uma Europa mercantilista, mas acabaram por fazer silêncio sobre a participação dos próprios africanos no tráfico. A partir da década de 1990, porém, os historiadores começaram a lançar luz sobre essa participação, ao estudarem as dinâmicas internas que levavam as próprias sociedades africanas a fornecerem escravos para os comerciantes europeus.



Cortes horizontais de plataforma de navios negreiros, com arrumação dos escravos, Abstract of Evidence de Thomas Clarkson, 1791.

Livro Mulheres Negras do Brasil

No final do século XVIII, o tráfico negreiro começou a sofrer críticas de abolicionistas europeus, mas foi no início do século XIX que a Inglaterra, movida por seus próprios interesses financeiros, aumentou a pressão para limitar o comércio escravista. Com a independência, o então império brasileiro decretou a primeira lei de abolição ao tráfico, em 1831, que na prática obteve pouco resultado. Somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico negreiro foi abolido efetivamente, precipitando a crise do escravismo no Brasil.

Daniela Yabeta
Historiadora

Fontes Bibliográficas:

Em costas negras, de M.G. Florentino. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Dicionário do Brasil Colonial, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

siglas usadas nesta edição

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Editora assistente: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Emília Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq